

	APENSADOS	
-		
-		

1999 Ш

PROJETO DE

AUTOR:

(DO SR. AVENZOAR ARRUDA)

Nº DE ORIGEM.

EMENTA: Dispõe sobre as informações empresariais a serem fornecidas aos sindicatos profissionais com a finalidade de subsidiar a negociação coletiva.

DESPACHO: 10/06/99 - (ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

À COM. DE ECONOMIA, IND. E COMÉRCIO, EM / 08 / 99

REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA			
COMISSÃO	DATA/ENTRADA		
CEIC	13/08/99		
CATASP	05/05/00		
	1 1		
	1 1		
	1 1		

	PRAZO DE EMENDAS	
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
COEK	13/09/99	17109199
CEIC	18/11/199	24141 149 50
CTASP	22 105100	26 104 100
		1 1
		1 , 1

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / 1	VISTA				
A(o) Sr(a). Deputado(a): CARLITO MERSS	Presidente:				
Comissão de: ECONOMIA JNOUSTRIA E COMÉ	REW	Em:	09	109	199
A(o) Sr(a). Deputado(a): ANTÓNIO DO VALLE (VISTA)	Presidente:				1/
Comissão de: ECONQUID, INDÚSTRIA E COMO	the state of the s	Em:	01	1/2	199
A(o) Sr(a). Deputado(a): Mouro Correa	Presidente:	10	us	1	1
Comissão de paleatho de Adm. e Serv. Puis	blico 1	Em:	19	105	100
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:				
Comissão de:		Em:		1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	N			
Comissão de:		Em:		1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:				
Comissão de:		Em:	}	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:				
Comissão de:		Em:		1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:				
Comissão de:		Em:		1	1

DCM 3.17.07.003-7 (ABR/99)

CASA	CÂMARA DOS DEPUTADOS	BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA	BAL N'
CD	CEIC PL	DESCRIÇÃO DA MATÉRIA DATA DA AÇÃ DIA DATA DA AÇÃ DA	2000 Anamelia
	Encami	nhado a CTASI	P
SGM 3 21 03.025-	7 (JUN/97)		
600	CÂMARA DOS DEPUTADOS	BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA	BAL N'
CD	OYASP PL.	J. 192 1999 DATA DA AÇÂN	ANO THE SPONGAVEL P/PREENCHIMENTO.
-	Parecer e	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	ator, Dep.
	Flano Co	view	
SGM 3.21.03.025-	7 (JUN/97)		
ell'a			BAL N°
CASA	CÂMARA DOS DEPUTADOS LOCAL TIPQ	BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA NÚMERO ANO DIA MÉS DIA MÉS	RESPONSAVEL P/REENCHIMENTO_
CD	Encassinha	1 142 1989 17 09 J	2001 Clitos
	Zi Cellow V W	sig of CEV.	
SGM 3.21.03.025-	7 (JUN/97)		
	CÂMARA DOS DEPUTADOS	BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA	BAL Nº
CD	LOCAL	NÚMERO ANO DIA MÉS DESCRIÇÃO DA AÇÃO	ANO
SGM 3.21.03.025-	7 (JUN/97)		

CAMARA DOS DEPUTADOS BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA	BAL Nº
CD COSIC PL 1142 1999 09 09 99	CIDD
DISTRIBUTDO DO DEP. CARLIT) MERSS
	*
SGM 3.21.03.025-7 (JUN/96)	8AL NO
CÂMARA DOS DEPUTADOS BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA	2
CD COEIC PL 1.142 199 20 09 99	CIDA
PARA RECEBIMENTO DE EMENO	OSEASO
PROJETO FINDO O PRAZO MÁS	DAS AD
PECEBIDAS EMENDAS.	
SGM 3.21.03.025-7 (JUN/96)	
Carrier	BAL Nº
CÂMARA DOS DEPUTADOS BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA DATA DA AÇÃO	3
CD CEIC PL 1142 1999 11 11 99	RESPONSAVEL P/PREENCHIMENTO.
CD CEIC PL 1149 1999 11 11 99 PRECER DO RELATOR, DEF	RESPONSAVEL P/PREENCHIMENTO.
CD CEIC PL 1142 199	RESPONSAVEL P/PREENCHIMENTO.
CD CEIC PL 1142 1999 LIN 1999 PARECER DO RELATOR, DEF MERSS, FAVORAVEL, COM SUR	RESPONSAVEL P/PREENCHIMENTO.
CD CEIC PL 1149 1999 11 11 99 PRECER DO RELATOR, DEF	RESPONSAVEL P/PREENCHIMENTO.
SGM 3.21.03.025-7 (JUN/96) BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA DESCRIÇÃO DA AÇÃO DESCRIÇÃO DA AÇÃO DESCRIÇÃO DA AÇÃO DESCRIÇÃO DA AÇÃO SGM 3.21.03.025-7 (JUN/96) BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA DATA DA AÇÃO DATA DA AÇÃO DATA DA AÇÃO	RESPONSAVEL PIPREENCHIMENTO. CIDA CAPLITO STITUTIVO.
CD CEIC PL JUY DESCRIÇÃO DA MATÉRIA CASA DESCRIÇÃO DA ACÂO DESCRIÇÃO	RESPONSAVEL P/PREENCHIMENTO. CIDA CAPLITO STITUTIVO. BALNº
CASA LOCAL TIPO DENTIFICAÇÃO DA MATERIA ANO DEPUTADOS CAMARA DOS DEPUTADOS BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA CASA LOCAL TIPO DENTIFICAÇÃO DA MATERIA ANO DESCRIÇÃO DA AÇÃO CAMARA DOS DEPUTADOS BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA CASA LOCAL TIPO DENTIFICAÇÃO DA MATERIA ANO DATA DA AÇÃO COD CEIC PL JJA 2 1999 25 11 99 DE 18 11199 A 24 11999 - ABERTO	RESPONSAVEL PIPREENCHIMENTO. CIDA BALNO RESPONSAVEL PIPREENCHIMENTO. CIDA PROZO
CAMARA DOS DEPUTADOS BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA CASA COD CEIC PL JJUL 2 1999 DE J8 11199 A 24 11999 DE J8 1	RESPONSAVEL P/PREENCHIMENTO. CAPLITO STITUTIVO RESPONSAVEL P/PREENCHIMENTO. CIDA



PROJETO DE LEI Nº 1.142, DE 1999 (DO SR. AVENZOAR ARRUDA)

Dispõe sobre as informações empresariais a serem fornecidas aos sindicatos profissionais com a finalidade de subsidiar a negociação coletiva.

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As empresas com mais de 50 (cinqüenta) empregados ficam obrigadas a fornecer aos sindicatos das categorias profissionais de seus empregados relatórios contendo as seguintes informações:

I – anualmente:

- a) demonstrações financeiras detalhadas, conforme o previsto no art. 176 e seguintes da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976:
- b) a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS);
 instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975.

II - mensalmente:

a) a demonstração dos resultados, conforme o previsto no art. 187 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976;





- b) o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), instituído pela Lei n 4.923, de 23 de dezembro de 1965;
- c) a Guia de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social (GFIP), criada pela Lei n.º 9.528, de 10 de dezembro de 1997, que acrescentou o inciso IV do art. 32 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991;

 III – sempre que houver alterações relativas aos sócios e ao capital social, cópia do estatuto ou contrato social arquivados no registro do comércio;

Parágrafo único. A entrega das informações de que trata o inciso I será feita até o dia 30 de abril de cada ano, referentes ao exercício anterior, enquanto as relativas ao inciso II, até o dia 20 do mês subseqüente ao informado e as referentes ao inciso III, 10 dias (dias) após a aprovação do requerimento no registro do comércio.

Art. 2º No mês anterior à data base da categoria profissional e durante o período de negociação coletiva, o sindicato poderá solicitar outras informações do desempenho da empresa, com o objetivo de melhor fundamentar as reivindicações dos empregados, ficando a empresa na obrigação de fornecer essas informações.

Art. 3º O sindicato profissional que divulgar tais informações de que decorrer prejuízo material ou moral à empresa será condenado ao pagamento de indenização correspondente ao dano.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Embora o direito constitucional à participação nos lucros ou resultados das empresas tenha sido regulamentado, há mais de quatro anos, por Medida Provisória (1.769-57, última reedição), poucos trabalhadores tiveram acesso a tal remuneração. A razão desse descaso deve-se, em grande parte, ao desconhecimento dos empregados quanto à situação econômica da empresa. No momento da negociação, o que se ouve dos empregados é que não auferiram lucros





ou que as metas estabelecidas, num determinado período, como resultados não foram alcançadas.

Todavia não é somente a negociação sobre a participação nos lucros ou resultados que se faz importante para o acesso aos dados econômicos das empresas, mas, sobretudo, as reivindicações, nas datas-base, sobre a melhoria nas condições de laborais, a exemplo da segurança e medicina e ambiente de trabalho, além de benefícios vários (auxílio-alimentação, transporte, licenças médicas, planos de saúde, educação, ampliação de direitos trabalhista etc.) os quais dependem da condição financeira das empresas.

É claro que não se pode forçar os empregadores a concederem participação aos trabalhadores sobre lucros ou resultados inexistentes ou a melhorarem as condições de trabalho sem previsão de receitas. Para isso é imprescindível que as empresas mostrem seus relatórios financeiros contendo o balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, do resultado do exercício financeiro e das origens e aplicações de recursos, que revelem sua real situação econômica.

A Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, obriga a publicação dessas demonstrações no Diário Oficial e em jornais de grande circulação nas cidades onde estiverem situadas as médias e grandes empresas nacionais e multinacionais.

No entanto a maioria das empresas brasileiras é constituída sob a forma de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, regulado pelo Decreto-lei 3.708, de 10 de janeiro de 1919. Grande parte desses estabelecimentos é representada por microempresas, empresas de pequeno porte e médias, com até 100 empregados. Assim, um grande contingente de nossas empresas não está sujeita à lei das sociedade anônimas.

Outrossim, as demonstrações financeiras previstas na Lei 6.404/76 tratam apenas da situação econômica das empresas, sem exigir informações sociais referentes ao número de empregados e aos salários praticados.

Dessa forma, entendemos que, para a total aplicação do mandamento constitucional da participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas, é mister a adoção de norma que obrigue as empresas com mais de cinqüenta empregados a fornecerem aos sindicatos da categoria





profissional de seus empregados suas demonstrações financeiras e sociais. Essa providência irá beneficiar a livre negociação, pois hoje, na verdade, não há negociação de fato, mas concessões do empregador frente a ignorância dos trabalhadores sobre a real situação econômica e social da empresa.

Tais informações, uma vez fornecidas pelo empregador, devem ser usadas com responsabilidade pelos dirigentes sindicais e demais trabalhadores que a elas tiverem acesso, usando-as tão-somente como subsídio à negociação coletiva. Para isso, deve-se coibir a divulgação de tais dados, com o intuito de prejudicar a empresa fornecedora, caracterizando concorrência desleal. Nesse caso, o projeto propõe a pena de justa causa ao empregado, dirigente sindical ou não, que fizer mal uso dessas informações.

Além disso, a proposição estabelece que as empresas que não fornecerem as informações, na data determinada, sofrerão multa do valor de 500 Ufir por dia de atraso.

Com tais providências teremos uma verdadeira negociação sobre a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, além das demais reivindicações acerca de melhores condições de trabalho, pois as partes, de antemão, terão acesso às informações que demonstrem o quadro econômico da empresa. Assim, os empregados não farão pedidos absurdos, bem como os empregados poderão argumentar sobre o que conceder.

Essas são as razões pelas quais pedimos o apoio dos Nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 🚶 de

de 1999.

Deputado AVEN

Lote: 78 Caixa: 46
PL Nº 1142/1999
7

PLENÁRIO - RECEBIDO |
Nome | as 14.74



LEI N° 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976

DISPÕE SOBRE AS SOCIEDADES POR AÇÕES.

Lei:	O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte
•••••	
	CAPÍTULO XV
	EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
	SEÇÃO II
	DLÇAO II

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Disposições Gerais

- Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:
 - I balanço patrimonial;
 - II demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
 - III demonstração do resultado do exercício; e
 - IV demonstração das origens e aplicações de recursos.
- § 1º. As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.
- § 2º. Nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas; os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem um décimo do valor do respectivo grupo de contas; mas é vedada a utilização de designações genéricas, como "diversas contas" ou "contas correntes".
- § 3°. As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembléia geral.
- § 4°. As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.



- § 5°. As notas deverão indicar:
- a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
- b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único);
- c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, § 3°);
- d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
 - f) o número, espécies e classes das ações do capital social;
 - g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;
 - h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1°);
- i) os eventos subseqüentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.
- § 6°. A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, não superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração das origens e aplicações de recursos.

*Redação dada ao	parágrafo pelo	Lei nº 9.457,	de 05.05.97.
------------------	----------------	---------------	--------------

CAPÍTULO XV EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SEÇÃO V DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

- Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará:
- I a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
- II a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
- III as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
- IV o lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais;
 - *Redação dada ao inciso pela Lei nº 9.249/95.

- V o resultado do exercício antes do Imposto de Renda e a provisão para o imposto;
- VI as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, e as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados;
- VII o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.
 - § 1°. Na determinação do resultado do exercício serão computados:
- a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e
- b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.
- § 2°. O aumento do valor de elementos do ativo em virtude de novas avaliações, registrado como reserva de reavaliação (art. 182, § 3°), somente depois de realizado poderá ser computado como lucro para efeito de

distribuição de dividendos ou participações.



DECRETO Nº 76.900, DE 23 DE SETEMBRO DE 1975

INSTITUI A RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição, decreta:

Art. 1°. Fica instituída a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, a ser preenchida pelas empresas, contendo elementos destinados a suprir as necessidades de controle, estatística e informações das entidades governamentais da área social.

Parágrafo único. A RAIS deverá conter as informações periodicamente solicitadas pelas instituições vinculadas aos Ministérios da Fazenda, Trabalho, Interior e Previdência e Assistência Social, especialmente no tocante:

- a) ao cumprimento da legislação relativa ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), sob a supervisão da Caixa Econômica Federal;
 - b) às exigências da legislação de nacionalização do trabalho;
- c) ao fornecimento de subsídios para controle dos registros relativos ao
 Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) ao estabelecimento de um sistema de controle central da arrecadação e a concessão de beneficios por parte do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS);
- e) à coleta de dados indispensáveis aos estudos técnicos, de natureza estatística e atuarial, dos serviços especializados dos Ministérios citados.
- Art. 2°. A RAIS identificará: a empresa, pelo número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) do Ministério da Fazenda; e o empregado, pelo número de inscrição no Programa de Integração Social (PIS).

	arágrafo único. O INPS promoverá diretamente o cadastrame	ento dos
empre	idores não sujeitos à inscrição no CGC, bem como dos trabal	hadores
autôn	nos, utilizando para estes a mesma sistemática de numeração u	sada no
cadas	do PIS/PASEP.	



LEI Nº 4.923, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1965.

INSTITUI O CADASTRO PERMANENTE DAS ADMISSÕES E DISPENSAS DE EMPREGADOS, ESTABELECE MEDIDAS CONTRA O DESEMPREGO E DE ASSISTÊNCIA AOS DESEMPREGADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1°. Fica instituído, em caráter permanente, no Ministério do Trabalho e Previdência Social, o registro das admissões e dispensas de empregados nas empresas abrangidas pelo sistema da Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo único. As empresas que dispensarem ou admitirem empregados ficam obrigadas a fazer a respectiva comunicação às Delegacias Regionais do Trabalho, mensalmente, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, em relação nominal por estabelecimento, da qual constará também a indicação da Carteira Profissional ou, para os que ainda não a possuírem, nos termos da Lei, os dados indispensáveis a sua identificação pessoal.

- Art. 2°. A empresa que, em face de conjuntura econômica, devidamente comprovada, se encontrar em condições que recomendem, transitoriamente, a redução da jornada normal ou do número de dias do trabalho, poderá fazê-lo, mediante prévio acordo com a entidade sindical representativa dos seus empregados, homologado pela Delegacia Regional do Trabalho, por prazo certo, não excedente de 3 (três) meses, prorrogável, nas mesmas condições, se ainda indispensável, e sempre de modo que a redução do salário mensal resultante não seja superior a 25% (vinte e cinco por cento) do salário contratual, respeitado o salário-mínimo regional e reduzidas proporcionalmente a remuneração e as gratificações de gerentes e diretores.
- § 1º Para o fim de deliberar sobre o acordo, a entidade sindical profissional convocará assembléia geral dos empregados diretamente interessados, sindicalizados ou não, que decidirão por maioria de votos, obedecidas as normas estatutárias.
- § 2º Não havendo acordo, poderá a empresa submeter o caso à Justiça do Trabalho, por intermédio da Junta de Conciliação e Julgamento ou, em sua falta, do Juiz de Direito, com jurisdição na localidade. Da decisão de primeira instância caberá recurso ordinário, no prazo de 10 (dez) dias, para o Tribunal Regional do Trabalho da correspondente Região, sem efeito suspensivo.
- § 3º A redução de que trata o artigo não é considerada alteração unilateral do contrato individual de trabalho para os efeitos do disposto no art. 468 da Consolidação das Leis do Trabalho.

......



LEI Nº 9.528, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.

ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS NS. 8.212 E 8.213, AMBAS DE 24 DE JULHO DE 1991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- Art. 1°. Ficam restabelecidos os arts. 34, 35, 98 e 99, e alterados os arts. 12, 22, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 38, 39, 45, 47, 55, 69, 94 e 97 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a seguinte redação:
 - * Alteração já processada no diploma modificado.
- Art. 2°. Ficam restabelecidos o § 4° do art.86 e os arts. 31 e 122, e alterados os arts. 11, 16, 18, 34, 58, 74, 75, 86, 94, 96, 102, 103, 126, 130 e 131 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a seguinte redação:
 - * Alteração já processada no diploma modificado.

1	Art. 3°.	Os arts.	144, 453	, 464 e	465 d	a Consolidação	das Leis	do
Trabalho	(Decreto	-Lei nº 5	.452, de 1	o de mai	o de 19	943) passam a	vigorar com	8
seguinte r							Ü	U See
k	Alteraçã	ĭo já proces	sada no dip	loma mod	ificado.			
	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •						



LEI N° 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL, INSTITUI PLANO DE CUSTEIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Lei:	O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte
*******	LEI ORGÂNICA DA SEGURIDADE SOCIAL
	TÍTULO VI DO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
DA	CAPÍTULO X A ARRECADAÇÃO E RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES
	Art. 32. A empresa é também obrigada a:

IV - informar mensalmente ao Instituto Nacional do Seguro Social -INSS, por intermédio de documento a ser definido em regulamento, dados relacionados aos fatos geradores de contribuição previdenciária e outras informações de interesse do INSS.

*Inciso acrescentado pela Lei nº 9.528, de 10.12.97.

§ 1°. O Poder Executivo poderá estabelecer critérios diferenciados de periodicidade, de formalização ou de dispensa de apresentação do documento a que se refere o inciso IV, para segmentos de empresas ou situações específicas.

*Parágrafo acrescentado pela Lei nº 9.528, de 10.12.97.

"Parágrafo único. Os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações de que trata este artigo devem ficar arquivados na empresa durante 10 (dez) anos, à disposição da fiscalização."

§ 2º. As informações constantes do documento de que trata o inciso IV, servirão como base de cálculo das contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, bem como comporão a base de dados para fins de cálculo e concessão dos benefícios previdenciários.

*Parágrafo acrescentado pela Lei nº 9.528, de 10.12.97.



§ 3°. O regulamento disporá sobre local, data e forma de entrega do documento previsto no inciso IV.

*Parágrafo acrescentado pela Lei nº 9.528, de 10.12.97.

§ 4°. A não apresentação do documento previsto no inciso IV, independentemente do recolhimento da contribuição, sujeitará o infrator à pena administrativa correspondente a multa variável equivalente a um multiplicador sobre o valor mínimo previsto no art. 92, em função do número de segurados, conforme quadro abaixo:

*Parágrafo e tabela acrescentados pela Lei nº 9.528, de 10.12.97.

0 a 5 segurados 1/2 valor mínimo 6 a 15 segurados 1 x o valor mínimo 16 a 50 segurados 2 x o valor mínimo 51 a 100 segurados 5 x o valor mínimo 101 a 500 segurados 10 x o valor mínimo 501 a 1000 segurados 20 x o valor mínimo 1001 a 5000 segurados 35 x o valor mínimo Acima de 5000 segurados 50 x o valor mínimo

§ 5°. A apresentação do documento com dados não correspondentes aos fatos geradores sujeitará o infrator à pena administrativa correspondente à multa de cem por cento do valor devido relativo à contribuição não declarada, limitada aos valores previstos no parágrafo anterior.

*Parágrafo acrescentado pela Lei nº 9.528, de 10.12.97.

§ 6°. A apresentação do documento com erro de preenchimento nos dados não relacionados aos fatos geradores sujeitará o infrator à pena administrativa de cinco por cento do valor mínimo previsto no art. 92, por campo com informações inexatas, incompletas ou omissas, limitada aos valores previstos no § 4°.

*Parágrafo acrescentado pela Lei nº 9.528, de 10.12.97.

§ 7°. A multa de que trata o § 4° sofrerá acréscimo de cinco por cento por mês calendário ou fração, a partir do mês seguinte àquele em que o documento deveria ter sido entregue.

*Parágrafo acrescentado pela Lei nº 9.528, de 10.12.97.

§ 8°. O valor mínimo a que se refere o § 4° será o vigente na data da lavratura do auto-de-infração.

*Parágrafo acrescentado pela Lei nº 9.528, de 10.12.97.

§ 9°. A empresa deverá apresentar o documento a que se refere o inciso IV, mesmo quando não ocorrerem fatos geradores de contribuição previdenciária, sob pena de multa prevista no § 4°.

*Parágrafo acrescentado pela Lei nº 9.528, de 10.12.97.

§ 10. O descumprimento do disposto no inciso IV é condição impeditiva para expedição da prova de inexistência de débito para com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

*Parágrafo acrescentado pela Lei nº 9.528, de 10.12.97.

§ 11. Os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações de que trata este artigo devem ficar arquivados na empresa durante dez anos, à disposição da fiscalização.

*Parágrafo remunerado pela Lei nº 9.528, de 10.12.97.

MEDIDA PROVISÓRIA 1.769-58 DE 02 DE JUNHO DE 1999.

DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NOS LUCROS OU RESULTADOS DA EMPRESA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- Art. 1°. Esta Medida Provisória regula a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa como instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade, nos termos do art. 7°, inciso XI, da Constituição.
- Art. 2°. A participação nos lucros ou resultados será objeto de negociação entre a empresa e seus empregados, mediante um dos procedimentos a seguir descritos, escolhidos pelas partes de comum acordo:
- I comissão escolhida pelas partes, integrada, também, por um representante indicado pelo sindicato da respectiva categoria;
 - II convenção ou acordo coletivo.
- § 1º Dos instrumentos decorrentes da negociação deverão constar regras claras e objetivas quanto à fixação dos direitos substantivos da participação e das regras adjetivas, inclusive mecanismos de aferição das informações pertinentes ao cumprimento do acordado, periodicidade da distribuição, período de vigência e prazos para revisão do acordo, podendo ser considerados, entre outros, os seguintes critérios e condições:
 - I índices de produtividade, qualidade ou lucratividade da empresa;
 - II programas de metas, resultados e prazos, pactuados previamente.
- § 2º O instrumento de acordo celebrado será arquivado na entidade sindical dos trabalhadores.
 - § 3º Não se equipara a empresa, para os fins desta Medida Provisória:
 - I a pessoa física;
 - II a entidade sem fins lucrativos que, cumulativamente:
- a) n\u00e3o distribua resultados, a qualquer t\u00eatulo, ainda que indiretamente, a dirigentes, administradores ou empresas vinculadas;
- b) aplique integralmente os seus recursos em sua atividade institucional e no País;
- c) destine o seu patrimônio a entidade congênere ou ao poder público, em caso de encerramento de suas atividades;
- d) mantenha escrituração contábil capaz de comprovar a observância dos demais requisitos deste inciso, e das normas fiscais, comerciais e de direito econômico que lhe sejam aplicáveis.



DECRETO Nº 3.708, DE 10 DE JANEIRO DE 1919

REGULA A CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADES POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

O Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em exercício:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte Resolução:

- Art. 1°. Além das sociedades a que se referem os artigos 295, 311, 315 e 317 do Código Comercial, poderão constituir-se sociedades por quotas de responsabilidade limitada.
- Art. 2°. O título constitutivo regular-se-á pelas disposições dos artigos 300 a 302 e seus números do Código Comercial, devendo estipular ser limitada a responsabilidade dos sócios à importância total do capital social.
- Art. 3°. As sociedades por quotas, de responsabilidade limitada, adotarão uma firma ou denominação particular.
- § 1°. A firma, quando não individualiza todos os sócios, deve conter o nome ou firma de um deles, devendo a denominação, quando possível, dar a conhecer o objetivo da sociedade.
- § 2º. A firma ou denominação social deve ser sempre seguida da palavra – limitada. Omitida esta declaração, serão havidos como solidária e ilimitadamente responsáveis os sócios-gerentes e os que fizerem uso da firma social.
- Art. 4°. Nas sociedades por quotas de responsabilidade limitada não haverá sócios de indústria.
- Art. 5°. Para todos os efeitos, serão havidas como quotas distintas a quota primitiva de um sócio e as que posteriormente adquirir.
- Art. 6°. Devem exercer em comum os direitos respectivos os coproprietários da quota indivisa, que designarão entre si um que os represente no exercício dos direitos de sócio. Na falta desse representante, os atos praticados pela sociedade em relação a qualquer dos co-proprietários produzem efeitos contra todos, inclusive quanto aos herdeiros dos sócios. Os co-proprietários da quota indivisa respondem solidariamente pelas prestações que faltarem para completar o pagamento da mesma quota.

.....



PROJETO DE LEI Nº 1.142, DE 1999

Dispõe sobre as informações empresariais a serem fornecidas aos sindicatos profissionais com a finalidade de subsidiar a negociação coletiva.

Autor: Deputado AVENZOAR ARRUDA Relator: Deputado ANTÔNIO DO VALLE

PARECER VENCEDOR

I - RELATÓRIO

A proposição determina que as empresas com mais de 50 empregados forneçam aos sindicatos de seus empregados um conjunto de documentos, dentre os quais os demonstrativos financeiros preparados conforme a Lei das S/A (Lei 6.404, de 15.12.1976); a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED); a Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), além de eventuais alterações estatutárias ou no quadro de controladores.

A proposição, que não recebeu emendas no prazo regimental, foi distribuída pelo Sr. Presidente ao nobre Deputado Carlito Merss, para que lhe desse parecer.



Com a habitual competência, o ilustre Relator defendeu a aprovação da matéria na forma de substitutivo por ele apresentado, o qual introduziu algumas alterações na documentação exigível, bem como estabeleceu procedimentos para o caso de inexistência de organização sindical e definiu sanções para o atraso ou não fornecimento dos dados requeridos pela norma legal.

Por discordarmos de alguns pontos da proposição, apresentamo-lhe voto em separado, pela rejeição.

Na reunião de 26 de abril do corrente ano, a egrégia Comissão de Economia, Indústria e Comércio, pela maioria de seus membros (com exceção dos Deputados Carlito Merss, José Machado, Luiz Mainardi, Rubens Bueno, Ricardo Ferraço, João Sampaio e Enio Bacci), resolveu rejeitar o projeto de lei, motivo pelo qual o Sr. Presidente, na forma do art. 57, XII do Regimento Interno, designou-nos para elaborar o presente voto vencedor.

II - VOTO DO RELATOR

Resumindo os argumentos que já elencamos na apresentação de nosso voto em separado, desejaríamos enfatizar que a maior parte das informações requeridas já deve ser apresentada pelas empresas, quer ao Fisco, quer às Juntas Comerciais ou à Previdência Social.

A ressaltar, ainda, que aludidas informações não são imprescindíveis às negociações referentes à participação dos empregados nos lucros das empresas, primeiramente porque essa participação resulta de acordo ou convenção, e, adicionalmente, porque há diversos parâmetros — e não necessariamente o lucro apurado — que podem balizar as negociações referidas.

Finalmente, a cessão de informações a organizações exógenas expõe e ameaça o sigilo industrial, como bem reconheceu o relator original da matéria, podendo acarretar graves prejuízos às empresas e a seus sócios, visto que não há como controlar e coibir a eventual malversação do uso das informações colhidas pelas organizações sindicais.





Face ao exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.142, de 1999, embora reconhecendo e respeitando as nobres intenções de seu autor.

Sala da Comissão, em 26 deabil

de 2000.

Deputado ANTÔNIO DO VALLE

Relator

004696.00103



COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 1.142, DE 1999

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Economia, Indústria e Comércio, em reunião ordinária realizada hoje, REJEITOU o Projeto de Lei nº 1.142/99, nos termos do parecer vencedor do Deputado Antônio do Valle, contra os votos dos Deputados Carlito Merss, Enio Bacci, João Sampaio, José Machado, Luiz Mainardi, Ricardo Ferraço e Rubens Bueno. O parecer do Deputado Carlito Merss passou a constituir voto em separado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Enio Bacci – Presidente; João Sampaio, João Pizzolatti e Paulo Octávio - Vice-Presidentes; Alex Canziani, Ana Catarina, Antônio Cambraia, Antônio do Valle, Armando Monteiro, Carlito Merss, Clementino Coelho, Gerson Gabrielli, João Caldas, José Machado, Júlio Redecker, Jurandil Juarez, Luiz Mainardi, Márcio Fortes, Maria Abadia, Marisa Serrano, Múcio Sá, Raimundo Colombo, Ricardo Ferraço, Ronaldo Vasconcellos, Rubem Medina e Rubens Bueno.

Sala da Comissão, em 26 de abril de 2000.

Deputado ENIO BACCI

Presidente



COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 1.142, DE 1999

Dispõe sobre as informações empresariais a serem fornecidas aos sindicatos profissionais com a finalidade de subsidiar a negociação coletiva.

Autor: Deputado Avenzoar Arruda Relator: Deputado Carlito Merss

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO CARLITO MERSS I - RELATÓRIO

A Proposição em epígrafe, da lavra do nobre Deputado Avenzoar Arruda, determina que as empresas com mais de cinqüenta empregados fiquem obrigadas a fornecer aos sindicatos de seus empregados: os demonstrativos financeiros previstos na Lei nº 6.404/76; a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED); a Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) e as eventuais alterações relativas aos sócios, ao capital social, estatuto e contrato social arquivados no registro do comércio.

Dentre tais informações, por outra, deveriam as de periodicidade anual ser encaminhadas até 30 de abril do ano subsequente, aquelas com periodicidade mensal, até o dia 20 do mês seguinte, e, por fim, as alterações levadas ao registro de comércio até dez dias após a sua aprovação.

Om



Determina ainda o Projeto que, à data base da categoria profissional, durante o período de negociação coletiva, outras informações relativas ao desempenho eventualmente solicitadas pelo sindicato deveriam ser a este compulsoriamente encaminhadas.

Por fim, o sindicato que divulgasse as informações obtidas, decorrendo prejuízo material ou moral à empresa, seria condenado ao pagamento de indenização.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Do ponto de vista econômico, campo da competência regimental desta Comissão, é, sem dúvida, carregada de méritos a iniciativa do nobre Deputado Avenzoar Arruda.

Sem embargo, quando insistentemente se propala a necessidade premente – gerencial, tecnológica e social - de se promover uma maior colaboração entre capital e trabalho, trata-se de ponto mais do que essencial garantir a estes acesso mínimo às informações acerca do desempenho da empresa, desde que, evidente, garanta-se o sigilo dos dados estratégicos.

Com efeito, como defender que todos os que fazem nossas unidades produtivas "estão no mesmo barco", como dito na sabedoria popular, se prevalecem segredos e desconfianças irrazoáveis entre as partes? Como, nesse

Om



mesmo prisma, absorver novas tecnologias e técnicas gerenciais - capazes de alavancar a produtividade, mas demandando, para tanto, intensa participação e colaboração da mão-de-obra no processo de produção e vendas -, se mesmo as mais comezinhas informações empresariais são negadas, ou mesmo deliberadamente fraudadas para os empregados?

De se ver, como dito pelo próprio Autor, na justificação ao Projeto, que mesmo medidas tomadas pelo Governo em prol de uma forma mais cooperativa de produção e remuneração – no caso, a Medida Provisória que versa sobre a participação dos empregados nos lucros das empresas – têm caído na relativa ineficácia, exatamente por faltar o diálogo e a maior circulação de informações entre as partes do contrato laboral.

Faz-se, portanto, necessário para efetiva implantação de uma era de maior cooperação entre trabalhadores e empresas – a qual, ademais de seus significativos efeitos sociais, criaria o ambiente favorável para alavancagem na produtividade e, com esta, crescimento econômico e menor desemprego – quebrar-se a desconfiança que hoje ainda subsiste entre as partes, garantindo a circulação de informações que são pré-requisito para o diálogo.

Muito embora, todavia, apenas aplausos tenhamos ao âmago da iniciativa em análise, queremos crer quer que o aperfeiçoamento da redação, justificam a apresentação de um Substitutivo, o que fazemos em anexo.

Além de alterações diversas a bem da melhor técnica legislativa, sem alteração significativa de conteúdo, redefinimos, inicialmente, de forma mais genérica os demonstrativos financeiros a serem apresentados aos empregados, evitando sua identificação tão-somente com demonstrativos exigidos por lei apenas das empresas organizadas em sociedade anônima. Não nos parece ser, de fato, útil aos fins propostos pela norma, ou de qualquer forma razoável, acrescer uma burocracia considerável a empresas que estão





organizadas em modalidades mais simples. Os resultados pretendidos – vale dizer, transparência quanto aos resultados econômicos – não exigem a entrega exatamente daqueles demonstrativos, podendo estes, ao contrário, ser bem substituídos por outras demonstrações analíticas.

Foi acrescentada, também, a bem da seriedade e eficiência da Proposição, necessária previsão de multa para o eventual atraso na entrega das informações pelas empresas, multa esta que, muito embora citada pelo Autor na justificação, não consta, por evidente esquecimento, do corpo do projeto.

Em outro ponto, preocupamo-nos com a situação dos empregados não organizados em sindicatos, facultando aos mesmos acesso às informações por meio de comissão própria.

Por fim, acreditamos que a entrega compulsória das informações aqui proposta demanda, como imposição de equidade e como requisito para a eficiência do diálogo, um alto grau de responsabilidade por parte da representação laboral, já que a quebra no sigilo de informações estratégicas pode ser ruinosa para qualquer empresa. Nesses termos, propomos o estabelecimento de multa para o caso de qualquer divulgação indevida, extensível aos responsáveis como pessoa física, além de fixarmos melhor a possibilidade de cobrança de indenização por danos e a cumulação eventual de outras sanções civis e penais.





Por todo o exposto, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.142, de 1999, nos termos do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em 16 de novembro de 1999.

Deputado Carlito Merss

Relator



COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.142, DE 1999

Dispõe sobre as informações empresariais a serem fornecidas aos sindicatos profissionais com a finalidade de subsidiar a negociação coletiva.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei determina e normatiza o fornecimento de informações relativas às empresas a seus empregados, de forma a subsidiar a negociação coletiva.

Art. 2º As empresas com mais de 50 (cinqüenta) empregados deverão disponibilizar ao sindicato da categoria profissional de seus empregados, na periodicidade abaixo indicada, os seguintes demonstrativos e informações:

I - anualmente:

a) demonstração detalhada do resultado do exercício, com registro analítico de despesas e receitas, por origem, e de seus reflexos patrimoniais, sendo que, no caso das empresas para as quais a legislação pertinente determine a sua elaboração, comporão tal demonstração os documentos previstos no artigo 176 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

fon



- Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975;
- II mensalmente:
- a) relação de despesas e receitas, por origem, ou, no caso das empresas para as quais a legislação pertinente obrigue a sua elaboração, a demonstração de resultados prevista no art. 187 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- b) Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), instituído pela Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965;
- c) A Guia de recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), prevista no inciso IV do art. 32 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997.
- III cópia do estatuto ou contrato social registrado.

§1º As informações citadas nos incisos I e II deste artigo serão disponibilizadas até o dia 30 de abril e até o dia 20 respectivamente do ano e do mês subsequente, e as do inciso III até dez dias após a aprovação do registro.

§2º O não cumprimento dos prazos definidos no parágrafo anterior sujeita a empresa, na forma de regulamento, a multa no valor de quinhentos reais (R\$500,00), a dez mil reais (R\$ 10.000,00), estabelecida de acordo com a capacidade econômica da empresa e com a eventual reincidência, e a ser definida e arrecadada pelos órgãos encarregados da fiscalização do trabalho.

§3º As informações definidas no caput deste artigo, em caso de ausência de organização sindical, serão fornecidas aos empregados através do comissão especificamente eleita para este fim.

Art. 3º. Durante as negociações coletivas anuais, poderão os sindicatos solicitar informações adicionais em relação ao desempenho da empresa, sendo a recusa injustificada equiparada, para efeitos do julgamento do dissídio, à não apresentação de proposta.

Art. 4º A divulgação das informações fornecidas com base





nesta Lei pelas entidades e pessoas citadas no §3º do art. 2º precedente, sujeita os responsáveis, pessoas físicas e jurídicas, à multa prevista no §2º do art. 2º da presente Lei, nos mesmos moldes ali definidos.

Parágrafo único. A sanção prevista no caput deste artigo não exonera os responsáveis do dever de indenizar a empresa por danos constatados, sem prejuízo, ainda, de outras sanções penais e civis cabíveis.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a sua publicação.

Sala da Comissão, em 16 de Nocembre 1999.

Deputado Carlito Merss Relator



COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 1.142/99

Nos termos do art. 119, caput, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Senhor Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas ao substitutivo, a partir de 18/11/99, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 1999.

JOSÉ UMBERTO DE ALMEIDA Secretário

PROJETO DE LEI Nº 1.142-A, DE 1999

(DO SR. AVENZOAR ARRUDA)

Dispõe sobre as informações empresariais a serem fornecidas aos sindicatos profissionais com a finalidade de subsidiar a negociação coletiva.



- II Na Comissão de Economia, Indústria e Comércio:
 - termo de recebimento de emendas
 - parecer vencedor
 - parecer da Comissão
 - voto em separado

PROJETO DE LEI Nº 1.142-A, DE 1999

(DO SR. AVENZOAR ARRUDA)

Dispõe sobre as informações empresariais a serem fornecidas aos sindicatos profissionais com a finalidade de subsidiar a negociação coletiva.

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) – ART. 24, II)



- II Na Comissão de Economia, Indústria e Comércio:
 - termo de recebimento de emendas
 - parecer vencedor
 - parecer da Comissão
 - voto em separado

*PROJETO DE LEI Nº 1.142-A, DE 1999 (DO SR. AVENZOAR ARRUDA)

Dispõe sobre as informações empresariais a serem fornecidas aos sindicatos profissionais com a finalidade de subsidiar a negociação coletiva; tendo parecer da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, pela rejeição, contra os votos dos Deputados Enio Bacci, João Sampaio, José Machado, Luiz Mainardi, Ricardo Ferraço, Rubens Bueno e Carlito Merss, cujo parecer passou a constituir voto em separado (relator: DEP. ANTÔNIO DE VALLE).

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRICO; DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

*Projeto inicial publicado no DCD de 28/08/99



PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- termo de recebimento de emendas
- parecer vencedor
- parecer da Comissão
- voto em separado

*PROJETO DE LEI Nº 1.142-A, DE 1999 (DO SR. AVENZOAR ARRUDA)

Dispõe sobre as informações empresariais a serem fornecidas aos sindicatos profissionais com a finalidade de subsidiar a negociação coletiva; tendo parecer da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, pela rejeição, contra os votos dos Deputados Enio Bacci, João Sampaio, José Machado, Luiz Mainardi, Ricardo Ferraço, Rubens Bueno e Carlito Merss, cujo parecer passou a constituir voto em separado (relator: DEP. ANTÔNIO DE VALLE).

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRICO; DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

*Fajeto inicial publicado no DCD de 28/08/99

PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- termo de recebimento de emendas
- parecer vencedor
- parecer da Comissão
- voto em separado



Em 16/05/2000

Presidente

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Oficio-Pres. nº121/00

Brasília, 2 de maio de 2000.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no Art. 58 do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência a apreciação do Projeto de Lei nº 1.142/99, por este Órgão Técnico. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Respeitosamente,

Deputado ENIO BACCI

Presidente

Excelentíssimo Senhor **Deputado MICHEL TEMER** Presidente da Câmara dos Deputados Lote: 78 Caixa: 46 PL Nº 1142/1999 36

SECRETARIA - GERA	L DA ME
Recebido Lyvia	
Orgão CCP	n.º 1508/00
Data: 16.05.00	Hora:
Ass: la	Ponto: 5735



COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 1.142-A/99

Nos termos do art. 119, **caput**, I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 22/05/2000, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Projeto.

Sala da Comissão, em 29 de maio de 2000.

Anamélia Ribeiro Correia de Araújo

Secretária



COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.142, DE 1999

Dispõe sobre as informações empresariais a serem fornecidas aos sindicatos profissionais com a finalidade de subsidiar a negociação coletiva.

Autor: Deputado AVENZOAR ARRUDA Relator: Deputado PEDRO CORRÊA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.142, de 1999, determina que as empresas com mais de 50 empregados ficam obrigadas a fornecer aos sindicados das categorias profissionais de seus empregados relatórios contendo as seguintes informações: 1) anualmente: demonstrações financeiras, relação anual de informações sociais — RAIS; 2) mensalmente: demonstração de resultados, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados — CAGED e Guia de Recolhimento do FGTS e Informações Sociais à Previdência Social -GFIP e 3) sempre que houver alterações relativas aos sócios e ao capital social, cópia do estatuto ou contrato social arquivados no Registro do Comércio.

Em sua justificação, o autor alega que, embora o direito constitucional à participação nos lucros e resultados das empresas esteja regulamentado por medida provisória (hoje Lei nº 10.101/2000), poucos trabalhadores tiveram acesso a tal remuneração, tendo em vista, em grande parte, o desconhecimento dos empregados quanto à situação econômica da empresa.

per



Na Comissão de Economia, Indústria e Comércio, em reunião ordinária do dia 26 de abril de 2000, o projeto foi rejeitado nos termos do parecer vencedor do Deputado Antônio do Valle.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O § 1º do art. 176 da Lei nº 6.404/76 determina que as demonstrações de cada exercício (balanço patrimonial, demonstração do resultado de cada exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados, das origens e aplicações de recursos) serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior. O art. 289 prevê que as publicações serão feitas no órgão oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia, e em outro jornal de grande circulação editado na localidade do domicílio da empresa. A Comissão de Valores Mobiliários poderá determinar que essas publicações sejam feitas, também, em jornal de grande circulação nas localidades em que os valores mobiliários da companhia sejam negociados em bolsa ou em mercado de balcão, ou disseminadas por algum outro meio que assegure sua ampla divulgação e imediato acesso às informações. Se, no lugar em que estiver situada a sede da companhia, não for editado jornal, a publicação se fará em órgão de grande circulação local. A exceção fica por conta das companhias fechadas — com patrimônio líquido, na data do balanço, não superior a R\$ 1.000.000,00 —, que não serão obrigadas à elaboração e à publicação da demonstração das origens e aplicações de recursos.

Os demais atos (constituição, alteração societária, aumento de capital), tanto das sociedades anônimas quanto das sociedades por quotas de responsabilidade limitada, são arquivados no Registro do Comércio (Juntas Comerciais) disponíveis ao público em geral.

O CAGED é um registro administrativo feito junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Inicialmente, objetivou gerir e controlar

pell



a concessão do auxílio-desemprego. A partir de 1986, passou a ser utilizado como suporte ao pagamento do seguro-desemprego e, mais recentemente, tornou-se, também, um relevante instrumento à reciclagem profissional e à recolocação do trabalhador no mercado de trabalho. Esse cadastro é, ainda, um importante subsídio para a fiscalização do trabalho. A partir de 1983, devido a mudanças realizadas no cadastro, foi possível determinar o índice mensal de emprego, a taxa de rotatividade e a flutuação da mão-de-obra (admitidos / desligados).

Assim, percebemos que o CAGED não se presta apenas a fornecer dados quantitativos da empresa. Para se ter tais informações, notadamente aquelas relativas às movimentações de admissão, dispensa e demissão de trabalhadores, as entidades sindicais poderão obtê-las diretamente das empresas que são obrigadas, conforme dispõe o art. 225 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, que aprova o Regulamento da Previdência Social, a encaminhar ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre seus empregadores (até o dia dez de cada mês) cópia da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) relativamente à competência anterior. Os empregadores também são obrigados a afixar outra cópia dessa guia, durante o período de um mês, no quadro de horário de que trata o art. 174 da CLT.

E mais: O Conselho Curador do FGTS, pela Resolução nº 321, de 31 de agosto de 1999, considerando que as informações prestadas na GFIP são fundamentais para que as Entidades Sindicais promovam a fiscalização dos recolhimentos das contribuições ao FGTS, resolveu "determinar que o Agente Operador (Caixa Econômica Federal) forneça às entidades sindicais constituídas na forma do inciso I do art. 8º da Constituição Federal, informações oriundas de GFIP, mediante prévia e expressa solicitação, que indique; a) o período de abrangência de informação, que não poderá retroagir a mais de 24 meses da data da solicitação, salvo expressa justificativa e, b) os empregadores da base de atuação das entidades, das quais se deseja obter as informações." Essas informações poderão, também, ser solicitadas diretamente ao empregador.

Outrossim, as informações previstas no inciso III do art. 1º do projeto (alterações relativas aos sócios e ao capital social arquivadas no Registro do Comércio) estão disponíveis nas Juntas Comerciais dos Estados e do Distrito Federal da sede da matriz ou as filiais das empresas. Tais dados poderão

fell



ser fornecidos a requerimento dos interessados, na medida em que estão depositados em um registro público.

Ante o exposto, entendemos que os trabalhadores e suas entidades representativas possuem acesso suficiente às informações que subsidiam as negociações coletivas com a finalidade de se obter a participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas de que trata a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, cujos saldos positivos dependerão do nível de qualificação, de profissionalização e de representatividade das entidades sindicais, razão pela qual somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.142, de 1999.

Sala da Comissão, em 16 de agosto de 2001.

Deputado PEDRO CORRÊA Relator

103366.127



COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.142-A, DE 1999

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou o Projeto de Lei nº 1.142-A/99, nos termos do parecer do relator, Deputado Pedro Corrêa, contra os votos dos Deputados Pedro Celso, Avenzoar Arruda, Luiz Antonio Fleury e Jair Meneguelli.

Estiveram presentes os Senhores Deputados Freire Júnior, Presidente; Luiz Antonio Fleury e Herculano Anghinetti, Vice-presidentes; Alexandre Santos, Avenzoar Arruda, Candinho Mattos, Evandro Milhomen, Jair Meneguelli, João Tota, José Múcio Monteiro, Laíre Rosado, Luciano Castro, Paulo Paim, Pedro Celso, Pedro Corrêa, Pedro Henry, Ricardo Barros, Ricardo Rique, Vanessa Grazziotin e Wilson Braga, Titulares; Almeida de Jesus, Almerinda de Carvalho, Arnaldo Faria de Sá, Edinho Bez, Eurípedes Miranda, José Carlos Elias e Nárcio Rodrigues, Suplentes.

Sala da Comissão, em 5 de setembro de 2001.

Deputado FREIRE JÚNIOR

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 1.142-B, DE 1999

(DO SR. AVENZOAR ARRUDA)

Dispõe sobre as informações empresariais a serem fornecidas aos sindicatos profissionais com a finalidade de subsidiar a negociação coletiva; tendo pareceres: da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, pela rejeição, contra os votos dos Deputados Carlito Merss, Enio Bacci, João Sampaio, José Machado, Luiz Mainardi, Ricardo Ferraço e Rubens Bueno (relator: Dep. ANTÔNIO DO VALLE); e da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição, contra os votos dos Deputados Pedro Celso, Avenzoar Arruda, Luiz Antonio Fleury e Jair Meneguelli (relator: Dep. PEDRO CORRÊA).

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

- I Projeto Inicial
- II Na Comissão de Economia, Indústria e Comércio:
 - termo de recebimento de emendas
 - parecer vencedor
 - parecer da Comissão
 - voto em separado
- III Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:
 - termo de recebimento de emendas
 - parecer do relator
 - parecer da Comissão

*PROJETO DE LEI Nº 1.142-B, DE 1999 (DO SR. AVENZOAR ARRUDA)

Dispõe sobre as informações empresariais a serem fornecidas aos sindicatos profissionais com a finalidade de subsidiar a negociação coletiva; tendo pareceres: da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, pela rejeição, contra os votos dos Deputados Carlito Merss, Enio Bacci, João Sampaio, José Machado, Luiz Mainardi, Ricardo Ferraço e Rubens Bueno (relator: Dep. ANTÔNIO DO VALLE); e da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição, contra os votos dos Deputados Pedro Celso, Avenzoar Arruda, Luiz Antonio Fleury e Jair Meneguelli (relator: Dep. PEDRO CORRÊA).

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

*Projeto inicial publicado no DCD de 28/08/99

(parecer da Comissão de Economia, Indústria e Comércio publicado no DCD de 28/04/00)

PARECER DA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão